

Senhor Ministro das Obras Públicas
Prof. António Augusto da Ascensão Mendonça

Lisboa, 30 de Outubro de 2009

Excelência

1. Apresentação

A APFAC, Associação Portuguesa dos Fabricantes de Argamassas de Construção representa o Sector de Argamassas de Construção e ETICS em Portugal. A nível Europeu encontra-se filiada na EMO, European Mortar Industry Organization.

Todas as informações e iniciativas da APFAC podem ser apreciadas no respectivo site <http://www.apfac.pt/>.

Historicamente, as Argamassas de Construção em Portugal eram preparadas em estaleiro. A partir dos anos 80 do séc. XX, as Argamassas mais complexas (vulgarmente designadas por Cimentos-cola) devido a dificuldades da preparação em estaleiro, passaram a ter origem fabril.

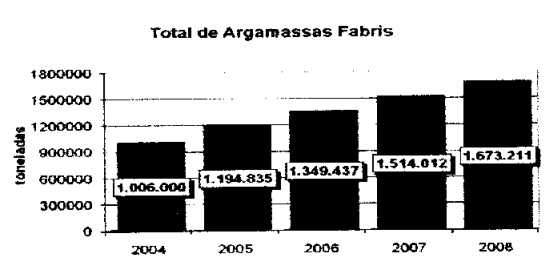
Mais tarde, durante os anos 90 surgiram diversas unidades fabris produzindo a generalidade das famílias de Argamassas (em saco), verificando-se ainda a apresentação de Argamassas a granel destinadas a Silos colocados em obra.

A partir de 2000, toda esta vasta oferta se consolidou, mostrando-se no quadro seguinte a alguns indicadores do sector.

Indicadores	Ano 2008
Nº de Empresas fabricantes em actividade	30
Associados APFAC (em 2009)	15
Argamassas Secas, toneladas	1.420.919
Argamassas Estabilizadas, toneladas equivalentes	252.292
Total de Argamassas (Secas + Estabiliz.), toneladas	1.673.211
ETICS, m ²	1.000.000
Valor da Produção, Milhões de Euros (aprox.)	125

Pode afirmar-se que estamos perante um sector bem organizado, com empresas de dimensão variável, nacionais e multinacionais, muitas delas conduzindo a sua própria I&D.

Com frequência bienal, a APFAC realiza o **Congresso Português de Argamassas** que em 2010 terá a sua 3ª edição.



Existem protocolos de cooperação (formais e informais) com Instituições da área da Construção, com outras Associações empresariais e com todas as Escolas nacionais com a licenciatura em Engenharia Civil.

As ligações da APFAC à União Europeia, através da EMO (onde exerce uma Vice-Presidência) estão consolidadas, bem como ao Brasil, através de um protocolo com a congénere local (ABAI) e com as principais Universidades que conduzem programas de I&D em Argamassas de Construção.

Todas as famílias de Argamassas estão incluídas na Directiva Europeia dos Produtos da Construção (89/106/CE), sendo reguladas por Normas EN emitidas pelo CEN (<http://www.cen.eu/cenorm/homepage.htm>) com exigência de Marcação CE.

2. O problema

Apesar de todo este quadro favorável, subsiste em Portugal a presença de Argamassas preparadas em estaleiro, com um peso anormal (em termos europeus), que se estima em mais de 60%!

Esta concorrência é profundamente desleal, pois os seus produtores não estão obrigados ao cumprimento de Normas Europeias, à emissão de Fichas Técnicas e de Segurança, à Marcação CE. Adicionalmente, preparam-se misturas frequentemente em condições deploráveis.

Essas preparações artesanais subsistem por motivos económicos, pois os seus defensores fazem uma abordagem simplificada aos custos de produção, concluindo que o seu custo é inferior à versão fabril, o que é falso na maior parte das situações. Nos casos em que o custo tradicional possa ser inferior ao custo do produto de origem fabril, isso verifica-se por omissão de aditivos na versão de estaleiro e a utilização de Agregados sem Marcação CE, comprometendo gravemente o desempenho futuro dos produtos.

Por outras palavras, a Construção regride pelo uso de preparações de estaleiro e, se o CEN não inclui as Argamassas de Estaleiro nas Normas Europeias, isso deve-se à manifesta impossibilidade de fiscalização das misturas, aguardando o CEN que o seu peso decresça rapidamente, até atingir uma importância residual. Isto aconteceu em todos os países do centro da Europa e está a acontecer, com ritmo superior ao nosso, nos novos países do leste.

Não faz sentido, nem há coerência construtiva, utilizar Produtos e Sistemas cada vez mais sofisticados na Construção, redigir Normas e Regulamentos complexos, impor padrões elevados, fiscalizar, exigir Marcação CE, certificações da Qualidade, classificação energética dos edifícios, respeito pelo Ambiente, garantia da Sustentabilidade e outras exigências severas que estão para chegar e, ao mesmo tempo, *tolerar a preparação das argamassas em obra, sem medições rigorosas de matérias-primas, sem registos, sem rastreabilidade, sem reprodutibilidade.*

3. A proposta

Nestas condições, a APFAC vem solicitar ao Ministério das Obras Públicas **que urgentemente torne obrigatório o uso de Argamassas Fabris, explicitando essa exigência nos Cadernos de Encargos, em todas as obras de iniciativa estatal ou autárquica.**

Será uma medida demonstrativa da modernidade que se pretende para o sector da Construção de Edifícios, vindo o exemplo do Estado.

Na Europa, desconhecemos a existência de imposição semelhante, certamente porque o próprio Mercado se orienta por si, mas conhecemos um programa semelhante em curso na República da China, em vigor desde há 4 anos, com resultados excelentes.

A Direcção da APFAC está fortemente empenhada nesta proposta, que considera decisiva para a Qualidade e Modernidade da Construção de Edifícios em Portugal e está disponível para qualquer esclarecimento complementar.

Apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos.



Carlos M. Duarte

Presidente da Direcção

Contacto telefónico: 933 250 366